

Minicurso: Estatuto da Pessoa com Deficiência

Período: 3 e 4 de agosto de 2017 (quinta e sexta-feira)

Horário: das 19h às 22h e das 9h às 12h

Local: Cidade de São José dos Campos - Auditório do Ministério Público "Arnaldo de Carvalho Machado"

Av. Salmão, n. 678 – Jardim Aquáriu – São José dos Campos

Palestrante: Lauro Luiz Gomes Ribeiro

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Conteúdo do Minicurso:

1º Dia: 03 de agosto (quinta-feira), das 19h às 22h

I – Breve histórico deficiência: integração/inclusão;

II – Marcos legais: CF/88, Convenção da ONU; Lei 7.853/89 e LBI – 13.146/15 (Estatuto);

III - Mudança paradigma – definição e terminologia;

IV- Conceito PCD: Convenção + LBI + Decreto 3.298/99;

V – Conceitos mais usuais (art. 112): acessibilidade; desenho universal; tecnologia assistiva ou ajuda técnica; barreiras (físicas e atitudinais); adaptação razoável; pessoa com mobilidade reduzida; residenciais inclusivas;

VI – Principais eixos: direito a igualdade de oportunidade/não discriminação; direito à diferença; direito vida/saúde (habilitação e reabilitação); direito à educação (ADIN); direito à moradia; direito ao trabalho; direito assistencial e previdenciário (BCP + art. 101 e 105); direito à cultura, lazer, esporte e turismo; direito ao transporte (ADIN 5452 – locadoras e veículos adaptados); direito de acesso à informação/comunicação; direito à participação na vida pública e política.

2º Dia: 04 de agosto (sexta-feira), das 9 às 12h

VII – Acesso à justiça + MP + ACP (peculiaridades + alterações – art. 98);

VIII – Crimes e infrações administrativas;

IX – Inovações: Cadastro Nacional de Inclusão da PCD (cadastro-inclusão); auxílio-inclusão;

X – Alterações legislativas principais: CDC (art. 100); Lei de Improbidade (art. 103); Lei de Licitações (art. 104); Estatuto da Cidade (art. 113);

XI – Aplicação da Lei mais benéfica (diálogo das fontes) – art. 121;

XII – Alterações do Código Civil: capacidade civil, tomada de decisão assistida; interdição.

Público: Membros, servidores, estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo, membros do judiciário e o público em geral.

Inscrições e informações: o evento é gratuito e as inscrições serão realizadas no **período de 10 de julho a 1º agosto de 2017**, ou enquanto houver disponibilidade de vagas, pelo preenchimento de formulário on-line, disponível no site da ESMP (www.esmp.mpsp.mp.br), no link eventos. Solicitamos aos interessados que informem em sua inscrição, preferencialmente, o e-mail institucional.

Vagas limitadas (60 lugares).

A lista de inscritos estará disponível no site do CEAF/ESMP a partir do dia **02/08/2017**.

Será conferido certificado de participação aos que comparecerem ao evento.

Realização:

Centro de Estudos E Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público de São Paulo

21º Núcleo Regional do CEAF/ESMP – São José dos Campos